

OS NOVOS PARADIGMAS DO TRABALHO E A MUTAÇÃO DO SINDICALISMO

Edilson José Gracioli
Sidartha Sória e Silva*

Resumo

O artigo investiga a reestruturação produtiva e a nova forma progressivamente assumida pela produção capitalista a partir daí – os paradigmas produtivos flexíveis –, através da análise das novas e crescentes correntes de pensamento dentro do sindicalismo em seus matizes político-ideológicos diversos. Parte-se do pressuposto segundo o qual é possível estabelecer uma relação entre o movimento da esfera produtiva e as formas de consciência e o pensamento político no qual estariam fundamentadas as ações dos sindicatos. Para tanto, além da incursão aos analistas do mundo do trabalho e da temática sindical, realiza-se uma pesquisa de campo junto a seis sindicatos sediados em Uberlândia, os quais propiciam uma reflexão sobre os dados coletados à luz dos apontamentos teóricos realizados durante a pesquisa bibliográfica.

Introdução

O processo de reestruturação pelo qual passa o mundo produtivo tem suas origens no final dos anos 60. Já neste período começava a dar sinais de desgaste o padrão produtivo fordista erigido no pós-45. Este fundamentava-se em elementos como produção serial e em massa, homogeneização e verticalização produtivas; ao Estado, cabia manter a estabilidade do sistema produtivo mediante atenta regulação e observância do compromisso firmado entre capital e trabalho.

Dá-se a reestruturação no interior do processo produtivo, que, visando conferir um maior dinamismo à produção, leva a um novo padrão de acumulação, chamado de acumulação *flexível* (HARVEY, 1996). Entram em cena conceitos como flexibilização, horizontalização e terceirização, bem como a liberalização do Estado. Segue-se um aumento do número de trabalhadores que subsistem pelo trabalho informal e precarizado (ANTUNES, 1995a, 2000).

Os sindicatos, neste contexto, são pegos de surpresa, e sua antiga forma, adaptada ao binômio fordismo-keynesianismo, não é mais sensível à nova realidade do mundo do trabalho, fundada crescentemente na produção flexível e no Estado desregulamentador. Surge um hiato entre o trabalho e suas formas de representação,

que, pressionadas pela conjuntura econômica e política desfavorável e incapazes de aglutinar trabalhadores, agem de forma cada vez mais defensiva, quando não “de parceria” com o capital em sua nova fase.

O sindicalismo brasileiro acaba fazendo parte do refluxo que toma o sindicalismo mundial, ainda que de forma tardia. Além da reestruturação produtiva, é pressionado pelo desemprego causado por um quadro já recessivo e pela não implementação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Aqui, o sindicalismo “de parceria” é representado pela Força Sindical. O sindicalismo que ainda preconiza o embate político aparece na figura da Central Única dos Trabalhadores, CUT, restando, como representante do antigo sindicalismo varguista, a Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT. Contudo, observa-se, na CUT e CGT, o fortalecimento de correntes político-ideológicas internas que exigem, no lugar do confronto político, a intensificação da colaboração mais estreita com o capital (ANTUNES, 1995b).

São objetivos deste trabalho a análise desta nova e crescente corrente de pensamento dentro do sindicalismo em seus matizes políticos diversos, bem como clarificar a relação existente entre a esfera produtiva e as formas de consciência política na qual se baseiam os sindicatos. Para tanto, realizou-se um levantamento teórico, através de pesquisa bibliográfica, bem como uma pesquisa de campo, na qual foram feitas entrevistas com dirigentes de seis sindicatos sediados em Uberlândia, MG, sendo estes o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e Afins de Uberlândia e o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, ambos filiados à CUT; o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados, ambos filiados à Força Sindical; e por fim o Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, ambos filiados à CGT. A primeira parte apresentará os resultados do levantamento teórico acerca do tema: a crise do binômio fordismo-keynesianismo, alguns contornos da acumulação flexível e os efeitos da reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho, e o movimento sindical em países capitalistas centrais e no Brasil. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, além de uma reflexão sobre os mesmos à luz do levantamento teórico realizado.

1. Do Fordismo à Acumulação Flexível

1.1. A emergência do fordismo

Em sua marcha histórica para se consolidar como sistema social e econômico hegemônico, o capitalismo pode assumir faces distintas, uma vez que revoluciona constantemente os instrumentos de produção, as relações de produção e por extensão todas as relações sociais (MARX e ENGELS, 1998:11), embora mantenha sempre os fundamentos estruturais que constituem sua essência.

Neste sentido, o *fordismo* refere-se a uma série de elementos que constituem, na esfera social produtiva, um conjunto coerente e comprometido com a reprodução social capitalista. Abarca práticas e teorias racionalizadoras da produção anteriores a ele, como o sistema de F. W. Taylor, também conhecido como *taylorismo*. Para ANTUNES (2000), o taylorismo-fordismo moldou, à sua imagem e semelhança, a grande indústria e a produção capitalista durante grande parte do século XX.

BIHR (1999) descreve os elementos principais do taylorismo: baseia-se fundamentalmente na *separação entre as tarefas de concepção e de execução*, com a parcelização desta última, fazendo com que o operário execute apenas algumas tarefas simples; e a *mecanização do processo de trabalho*, que permitirá mais tarde a utilização de um sistema de máquinas no processo produtivo, as quais passam a ditar a cada operário seus gestos e sua cadência, em uma sujeição deste ao ritmo daquelas. Por sua vez, o fordismo, incorporando tais elementos, acrescenta outros, como a produção serial e em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, e a existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas (ANTUNES, 1995a). DRUCK (1999) acrescenta, ainda, a aspiração do fordismo à organização/racionalização do conjunto da sociedade, transcendendo os limites da fábrica.

DRUCK (1999: 40) entende o taylorismo-fordismo no contexto dos conflitos históricos entre operariado e patronato, como método que busca satisfazer a necessidade do controle e da disciplina do trabalho, a fim de “estabelecer e consolidar a ‘direção capitalista’ na gestão da fábrica e da sociedade”. Para tanto, faz-se necessário diminuir ao máximo a autonomia dos trabalhadores no processo produtivo, intensificando assim sua subordinação a controles externos.

E é como parte dessa dinâmica conflituosa que se deve situar os obstáculos à

disseminação do fordismo. De um lado, os operários impunham sérias resistências, seja mobilizando-se contra os métodos que os submetiam ao ritmo das máquinas, seja pela extrema brutalização do trabalhador ante estas, como revela a intensa rotatividade do trabalho à época de Ford. Por outro lado, o empresariado corporativo relutava em aceitar uma vasta aplicação de mecanismos de intervenção estatal. A Grande Depressão e as guerras mundiais, momentos em que o capitalismo esteve mesmo sob o risco de entrar em colapso, influenciaram decisivamente na remoção de tais obstáculos, à medida em que concorreram para a disciplinarização da força de trabalho, a centralização do comando capitalista e a revelação da necessidade de se imporem limites ao movimento auto-destrutivo do capital (BIHR, 1999 e HARVEY, 1996). Delineava-se, desta forma, o segundo elemento do binômio no qual basear-se-iam a indústria, o processo de trabalho e a economia mundial pelos trinta anos seguintes, um Estado cuja intervenção se baseava na filosofia econômica keynesiana, ao mesmo tempo que era dotado com um sistema de bem-estar social conquistado, em grande medida, pelas reivindicações trabalhistas em favor de uma maior participação nos ganhos de produtividade proporcionados pela produção fordista.

Assim, o compromisso firmado entre trabalho e capital com a mediação do Estado – mediação esta que, longe de sugerir a idéia de um árbitro imparcial, entendia o Estado como zelador, em última análise, “dos interesses gerais do capital, cuidando da sua implementação e aceitação pelas entidades representantes do capital e do trabalho” (ANTUNES, 2000:38) –, permitiu o pleno florescimento do fordismo.

1.2. O esgotamento do regime de acumulação baseado no fordismo-keynesianismo

A ruptura do compromisso fordista, conforme BIHR (1999), foi provocada pela crise do regime de acumulação do capital, no final dos anos 60 e início dos anos 70, em que devem ser observados quatro fatores fundamentais: i) a diminuição dos níveis de produtividade, causada por limites da estrutura produtiva fordista e pelo recrudescimento das mobilizações operárias; ii) a elevação da composição orgânica do capital e também o aumento do capital fixo em relação ao capital circulante, diminuindo a rotatividade do capital; iii) a saturação da norma social de consumo, provocado tanto pelo fordismo centrar-se no processo de consumo privado de certo número de bens duráveis, o qual, por sua própria constituição, vai diminuindo progressivamente ao longo das décadas de 60 e 70, quanto pelo fato de a norma social de consumo abarcar cada vez mais o oferecimento de bens e benefícios coletivos,

cujos custos não paravam de aumentar; iii) e o desenvolvimento do trabalho improdutivo, como o trabalho que garante a circulação do capital (serviços bancários, gestores, comerciais, de seguros) ou o conjunto de despesas devidas às condições sociais, institucionais e ideológicas da reprodução do capital. O conjunto destes quatro fatores irá provocar uma redução da taxa média de lucro, limitando a valorização do capital.

Polemizando com a visão que entende a crise do fordismo como expressão de uma crise de superprodução, para LIPIETZ (*apud* DRUCK, 1999) o final dos anos 60 assiste, na verdade, a uma crise de rentabilidade, manifesta na queda nos índices de produtividade conjugada com os aumentos reais dos salários, obtidos pela pressão sindical, o que provoca a elevação nos custos de capital fixo. No entanto, ainda que tal fenômeno tenha ocorrido, não anula a possibilidade de ser ele próprio entendido como elemento agravante de uma crise de superprodução. Afinal, a produtividade do trabalho, obtida graças ao desenvolvimento tecnológico e à intensificação fordista própria do *welfare state* propiciou um salto na produção, que, para ser acompanhado na ponta da realização do valor de troca (venda), exigia um crescente mercado consumidor. Este crescimento, por sua vez, expandia a incorporação do trabalho vivo, movimento este contrário à tendência histórica do capitalismo. Como reação ao aumento dos custos, segundo o próprio LIPIETZ (*apud* DRUCK, 1999) a saída é tentar elevar as margens de lucro através do aumento dos preços de venda, ocasionando inflação de custos. Já nos anos 70, a elevação de preços ultrapassava a elevação dos salários, e a conseqüente queda do poder aquisitivo conduziu à diminuição da demanda, caracterizando, assim, a superprodução.

Para HARVEY (1996), em meados dos anos 60 uma série de fatores sinalizavam para uma crise geral no sistema fordista. A rigidez que caracterizava o regime de acumulação fordista – rigidez em investimentos, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, dos compromissos assumidos pelo Estado, que presumiam taxas estáveis de crescimento e mercados e realidades macroeconômicas invariantes, elementos cada vez menos prováveis com o aumento da crise –, de condição para um crescimento estável passou a ser um entrave ao movimento do capital. No plano da economia internacional, por sua vez, Europa e Japão, recuperados economicamente, atingiram a saturação de seus mercados internos e passaram a dar impulso às exportações, intensificando a concorrência internacional e ameaçando a hegemonia norte-americana. A diferença entre os gastos estatais

crescentes e sua captação de recursos em queda acaba provocando uma espiral inflacionária. Além disso, a formação do euromercado (mercado do eurodólar), bem como a industrialização fordista de diversos países em desenvolvimento, acirrando a competição internacional, acabam por colocar em xeque o poder de regulamentação do sistema financeiro mundial, ancorado no acordo de *Bretton Woods*.

As corporações viram-se com muita capacidade produtiva ociosa, e num momento em que a competição se intensificava, entraram num período de reestruturação e racionalização da produção, bem como de intensificação do controle e exploração do trabalho. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica a fim de buscar um maior controle sobre o trabalho e as fusões de empresas firmam-se como estratégias vitais à sobrevivência das corporações.

Finalmente, ANTUNES (2000) destaca, em concordância com BIHR (1999), um elemento decisivo que, somado às razões acima mencionadas, compõe o quadro de esgotamento da realidade social capitalista moldada pelo binômio fordismo-keynesianismo: o ressurgimento de ações ofensivas no mundo do trabalho por parte do operariado.

1.3. A acumulação flexível

É no contexto acima mencionado que inicia-se a era dos novos processos flexíveis de trabalho, que, sempre em função de melhor adequar a produção à lógica econômica capitalista, buscam recuperar os antigos patamares de produtividade e lucratividade (ANTUNES, 2000).

Em relação à passagem do fordismo para uma realidade produtiva crescentemente flexível, ALVES (1999) reconhece traços qualitativamente novos, embora concorde com a concepção que aponta para uma ruptura relativa, pois situada no interior do desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo, sem questioná-lo essencialmente. Ou seja, a acumulação flexível, entendida como estágio mais recente do processo de modernização do capitalismo tardio, é expressa de maneira precisa por ALVES (1999: 16): “uma descontinuidade posta no interior de uma continuidade plena”.

Para HARVEY (1996), a acumulação flexível apresenta-se como uma contestação do capital à rigidez que havia assumido quando se reproduzia segundo o modelo fordista, e caracteriza-se pela flexibilização dos processos de trabalho, dos

mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Algumas áreas industriais que passam a funcionar segundo processos produtivos distintos dos moldes tradicionais tayloristas-fordistas são mencionadas por ANTUNES (1995a), como as experiências da “Terceira Itália”, do sul da Alemanha, do Vale do Silício nos Estados Unidos, da região sueca de Kalmar, do toyotismo japonês, entre outros, que, se não chegam a substituir completamente a experiência taylorista-fordista, retiram-lhe o caráter de padrão único de organização produtiva. Nestas regiões ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial e novos padrões de gestão da força de trabalho.

Entre as experiências da acumulação flexível, o *toyotismo* (originado na fábrica de automóveis Toyota) ou experiência japonesa, é a que tem causado o maior impacto, pela propagação de alguns de seus pontos básicos ou por sua expansão pura e simples em escala mundial. ANTUNES (1995a) destaca alguns elementos fundamentais do toyotismo: produção orientada estritamente segundo a demanda, prevendo o estoque mínimo; o *just in time* garante o melhor aproveitamento possível do tempo de produção através da gestão de estoques, buscando suprimi-los ao máximo; o *kanban* é largamente utilizado; o trabalhador é multifuncional, e o trabalho em equipe; a horizontalização origina as modalidades de trabalho terceirizadas; e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Por fim, o salto tecnológico, que invadiu o universo fabril, é orientado tanto para eliminar postos de trabalho quanto para intensificar a exploração do trabalho daqueles que ainda permanecem na empresa.

1.4. A reestruturação produtiva no Brasil

O Brasil possui uma herança social de desigualdade e exclusão que remontam ao período colonial, refletindo-se fortemente na composição heterogênea do trabalho mesmo após o desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Não por acaso, a submissão da classe trabalhadora brasileira a níveis baixíssimos de salário e condições precárias de trabalho sempre foi uma constante no capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, C.A.B. 1998; BALTAR, 1998). É neste contexto que se deve tentar compreender não só a realidade da organização produtiva nacional como também os movimentos feitos no sentido de reestruturá-la.

SOARES (1998) mostra que no campo da Sociologia do Trabalho há uma intensa discussão acerca do caráter assumido pela industrialização brasileira e pelo modo como se deu (e como se dá) a organização produtiva nacional.

Poder-se-ia lembrar primeiramente do conceito de *fordismo periférico*, elaborado por LIPIETZ (*apud* SOARES, 1998) e aplicável ao Brasil, já que aqui existiriam: 1) uma organização produtiva fordista em grande medida; e 2) o caráter *periférico* do capitalismo brasileiro.

Já para FIORI (*apud* SOARES, 1998), é questionável mesmo a afirmação de que o Brasil teria experimentado a instauração de uma relação entre Estado, capital e trabalho nos moldes fordistas. O Estado brasileiro, grande patrocinador da industrialização, surge também como organizador de estruturas corporativas que mantiveram o movimento sindical atrelado ao oficialismo estatal. Nesses termos, o sindicalismo brasileiro, durante os 50 anos em que durou o ciclo desenvolvimentista nacional, foi quase sempre incapaz de questionar políticas salariais definidas pela autoridade pública, além de não poder contestar a pouca preocupação do Estado no tocante à proteção social.

A crise do padrão fordista brasileiro não parece, contudo, seguir os passos da crise clássica do fordismo observada nos países capitalistas centrais. Segundo FARIA (*apud* SOARES, 1998), um fator particular da crise brasileira estaria no esgotamento da capacidade do Estado em manter o padrão de acumulação sustentado no modelo de substituição de importações.

Neste contexto ganham força as políticas liberalizantes, conforme SOUZA, SANTANA e DELUIZ (1999), as quais iniciam, no começo da década de 90, um processo de abertura econômica. Para OLIVEIRA, M.A. (1998), esta abertura, não tendo sido acompanhada por uma efetiva política industrial que preparasse a indústria nacional para a concorrência internacional, antes de conduzir à reestruturação do parque produtivo brasileiro, provoca uma brutal desestruturação deste.

Versando sobre a reestruturação produtiva brasileira, a maioria dos estudos realizados indicam que alguns elementos do modelo japonês e de outros modelos de produção flexível já estão sendo implantados nas indústrias nacionais (SOARES, 1998), o que não permite afirmar que houve uma reestruturação total e abrangente (SOUZA, SANTANA e DELUIZ, 1999). Além disso, nota-se que, no Brasil, em particular, a presença dos novos elementos organizacionais produtivos se verifica mais intensamente no esforço pela flexibilização da contratação do trabalho do que propriamente na flexibilização técnico-organizacional (SOUZA, SANTANA e DELUIZ, 1999), ainda que BALTAR (1998) ressalte que a legislação trabalhista nacional já seja bastante flexível, a despeito dos protestos dos empregadores

brasileiros.

O processo de reestruturação e modernização do parque industrial brasileiro, segundo GITAHY e CASTRO (*apud* SOARES, 1998), se dá num contexto de forte recessão, desemprego e instabilidade econômica. No Brasil, a introdução de vários elementos do modelo japonês (JIT, kanban, kaizen, Trabalho em Grupo, horizontalização/terceirização, etc.) aprofunda um desemprego que já possuía grandes proporções, concorrendo para uma forte redução tanto do emprego industrial quanto do número de trabalhadores com carteira assinada. Com isso, ocorre uma redução do poder dos sindicatos, sobretudo dos mais organizados, uma vez que estes existem justamente nos ramos industriais, mais modernos e organizados da economia. A intensificação da exploração da força de trabalho, aliada a um pífio sistema de proteção social (SANTOS, 1996; MANZANO, 1996), leva a um contexto de forte pressão sobre os assalariados.

1.5 Os efeitos da reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho e o movimento sindical

Ressurgimento e derrota das lutas operárias no fordismo

O regime produtivo taylorista-fordista condicionou um perfil particular de trabalhador, chamado por BIHR (1999) de *operário-massa*, e realizava, como já observado, uma expropriação intensificada da força de trabalho, privando-lhe de qualquer participação na organização do processo de trabalho. Contraditoriamente, porém, chamava constantemente este mesmo operário a corrigir os defeitos e os enganos cometidos pela “gerência científica” taylorista (ANTUNES, 2000).

Antagonismos como este, que compunham o ideário produtivo fordista, acirravam-se. O trabalhador, despertando para o componente intelectual, se sentia mais confiante para administrar sistemas produtivos, bem como para orientar e conduzir as suas próprias lutas, prescindindo de suas representações sindicais. Estas, geralmente permeadas pelo ideário socialdemocrata, serviam aos interesses do capital e ignoravam quaisquer pretensões políticas das classes trabalhadoras que transcendessem os limites da ordem social capitalista. O grande aumento nos conflitos e nas mobilizações dos trabalhadores no final dos anos 60, decididas quase sempre exteriormente aos sindicatos, seriam uma amostra do estágio de conscientização alcançado pela classe trabalhadora, dispensando a direção sindical comprometida com o ideário do capital (BERNARDO, 1997; BIHR, 1999). ANTUNES (2000) lembra

que as ações operárias muitas vezes chegaram a ter, como bandeira, o controle social dos meios de produção pelos trabalhadores.

Entretanto, estas ações encontraram limites que não conseguiram superar. Primeiramente, era difícil se contrapor a uma estrutura organizacional socialdemocrata consolidada durante décadas na subjetividade proletária. Além disso, a luta dos trabalhadores, denunciando o despotismo fabril taylorista-fordista, não conseguiu se estender para as esferas sociais fora do trabalho, tampouco articular-se com os “novos” movimentos sociais, como as lutas ecológica, urbana, feminista, racial. As ações dos trabalhadores, apesar de sua radicalidade, não foram capazes de se converter em um projeto de organização social hegemônico contrário ao capital (ANTUNES, 2000, e BIHR, 1999).

O refluxo da maré revolucionária deu tempo ao capital de reorganizar suas forças. Não tendo sido vencido pela luta operária, o capital busca se fortalecer apropriando-se de atributos recém-descobertos nos trabalhadores, como sua inteligência, iniciativa e capacidade de gestão, intensificando seu caráter manipulatório sobre eles (BERNARDO, 1997). Nasciam aí os pressupostos que levariam o capital a reestruturar-se, erigindo um modelo de organização produtiva e social distinto daquele produzido pelo taylorismo-fordismo, que permitiria a retomada do processo de acumulação sobre bases seguras.

Mudanças na forma de ser do trabalho e crise do sindicalismo

ANTUNES (1995a, 1999) mostra que a reestruturação do capital levou a dramáticas alterações na realidade produtiva e na forma do proletariado. A classe trabalhadora passou por um processo de complexificação - manifesta na ocorrência de uma desproletarização do trabalho industrial, manual, da subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, e no crescente assalariamento do setor de serviços -, heterogeneização - uma crescente incorporação de mulheres no mundo operário - e fragmentação - a desconcentração do contingente operário efetivada pela horizontalização e terceirização produtivas. Tal processo altera a forma de ser da classe trabalhadora e não se conjuga com o formato tradicional de sindicato, que então entra em crise. Numericamente, esta crise manifesta-se por uma diminuição das taxas de sindicalização no conjunto dos países capitalistas desenvolvidos. DEDECCA (1996) traz a evolução da taxa de sindicalização em alguns países (tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da taxa de sindicalização (1970-1990)

	1970	1980	1990
França	22.3	17.5	9.8
Itália	36.3	49.3	38.8
Espanha	27.4	25.0	11.0
Alemanha	33.0	35.6	32.9
Inglaterra	44.8	50.4	39.2
Suécia	67.7	79.7	82.2
Estados Unidos	23.2	22.3	15.6

Fonte: DEDECCA (1996).

Para BIHR (1999) o formato “vertical” do sindicato herdado do período fordista, que privilegia a dimensão da categoria e profissional, bem como o trabalhador estável, é insensível a um operariado composto em larga escala por trabalhadores, instáveis, precarizados, desempregados.

Esboço de uma crítica à crítica do movimento sindical pós-reestruturação produtiva

A crítica mais aguda feita por Antunes e Bihr ao sindicalismo após a reestruturação produtiva, inicialmente se dirige à incapacidade do movimento sindical se contrapor à contra-ofensiva do capital a partir dos anos 70, dada a sua insensibilidade frente à nova conformação da classe operária. A seguir, ressalta a crescente aceitação, pelo sindicato, da inevitabilidade da ordem capitalista e suas categorias (propriedade privada, mediação social pelo mercado, assalariamento, lucro), e, principalmente, a colaboração/parceria com as classes patronais.

Daí a seguinte observação: se já na época do fordismo-keynesianismo o movimento sindical, conforme apontam os próprios autores em questão, era peça-chave do mecanismo de subordinação do proletariado pelo capital, por que se deveria esperar que agisse de outro modo, quando o capital, reestruturando a si mesmo, tão somente assumiu outra forma para se perpetuar? Não deveria haver surpresa na constatação de que o sindicato participacionista busca se ajustar ao capital, uma vez que este ajuste já existia antes da organização produtiva flexível.

Na verdade, parece haver um traço de continuidade, e não de ruptura, no conteúdo essencial do movimento sindical a partir do fordismo, qual seja, o de estar comprometido, em última análise, com a reprodução do capital, não importando qual seja a forma escolhida pelo capital para se perpetuar enquanto projeto de dominação

societal. Assim, enquanto o regime de acumulação ancorava-se no cultivo da demanda efetiva, floresceu o sindicalismo de perfil socialdemocrata. Em contrapartida, quando o capital passou a tentar restabelecer seus índices de acumulação através da compressão salarial, diminui a tolerância em relação à socialdemocracia sindical em favor do sindicato participacionista, o qual age como agenciador de mão-de-obra para a empresa e gerenciador do processo de corrosão da massa proletária.

É evidente que tal processo não se dá de forma mecânica. O sindicato socialdemocrata resiste ao capital que já não mais o tolera, de modo que o aparecimento do sindicato participacionista e defensor da ideologia liberal é um processo traumático, com avanços e recuos.

1.6. O sindicalismo brasileiro e a reestruturação produtiva

A década de 80 representou um momento particularmente ativo para o *novo sindicalismo* brasileiro, emergido após décadas de repressão política institucionalizada. Houve uma expansão do movimento grevista, aumento dos índices de sindicalização e do número de sindicatos, inclusive no campo, e o nascimento das centrais sindicais.

No Brasil, as correntes de pensamento sindical historicamente mais importantes podem ser identificadas através de suas principais centrais sindicais: a) a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, a partir de uma perspectiva mais crítica, com traços anticapitalistas e socialistas; b) a Força Sindical, fundada em 1991, como representante da onda liberal-conservadora que acompanha os ventos da reestruturação produtiva; e c) a Confederação Geral dos Trabalhadores, composta por remanescentes do tradicional sindicalismo da era Vargas (ANTUNES, 1995b, 1999).

O avanço do sindicalismo nacional nos anos 80 foi de encontro, porém, com as tendências econômicas, políticas e ideológicas que ditavam, desde a década de 70 nos países capitalistas avançados, as mutações no processo produtivo e o aprofundamento de um quadro recessivo. Esta nova realidade jogou o novo sindicalismo na defensiva (ANTUNES, 1995b, 1999) e BOITO JR. 1999). O avanço da ideologia e das políticas econômicas liberalizantes e racionalizadoras da produção atinge material e subjetivamente as classes trabalhadoras nacionais, detendo a ascensão do movimento sindical brasileiro.

No interior do universo sindical brasileiro, a Força Sindical intensifica seu sindicalismo de cunho participacionista, da preservação/assimilação da (nova) ordem capitalista e da adoção, pelos trabalhadores, de uma postura acrítica em relação ao capital e às políticas liberalizantes.

A CGT, por sua vez, procura deter crescente diminuição de sua influência no movimento sindical nacional (BOITO JR. 1999) com uma postura que se divide entre a herança de velhos traços do sindicalismo pelego varguista e a adoção de elementos pertencentes ao ideário liberal-conservador.

Finalmente, à esquerda do movimento sindical brasileiro, a CUT também se vê bombardeada pela ofensiva avassaladora do capital em sua nova fase. É o que demonstra o surgimento de correntes internas que preconizam cada vez mais o abandono de concepções socialistas ou anticapitalistas, em troca de uma disposição em se adequar à ordem do capital. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise (ANTUNES, 1999: 81), e da idéia do “sindicalismo propositivo” – que expressa, para BOITO JR. (1999), o rebaixamento no conteúdo das propostas dos trabalhadores –, acabam se inserindo num processo de estabelecimento pleno do ideário e da prática socialdemocratas, bem como de seus derivados, a estrutura cupulista, institucionalizada e burocratizada. A conversão rumo à socialdemocracia sindical, por fim, sugere a impressão de se tratar de um movimento inócuo, pois que ocorre em uma fase histórica do capital na qual não se tolera nem mesmo este tipo de postura sindical.

2. A reestruturação produtiva e a realidade do trabalho uberlandense: uma análise empírica

2.1. Breve histórico da conformação do trabalho assalariado em Uberlândia

Os estudos de RODRIGUES (1989) revelam a atividade comercial como ponto de partida do desenvolvimento da atividade econômica uberlandense, situação esta que perduraria ainda por várias décadas. As classes trabalhadoras locais nasceram, assim, basicamente atreladas à circulação do capital, e não à atividade industrial.

Com efeito, foram os trabalhadores do comércio, dos transportes e dos serviços em geral, em Uberlândia, os primeiros a constituir sindicatos. Entretanto, ao analisar o histórico do movimento operário e sindical uberlandense, RODRIGUES (1989) destaca posturas como a recusa, em geral, de se adotar estratégias como greves gerais, boicotes ou manifestações com orientação política definida, restringindo-se a

moderadas reivindicações em favor da melhoria das condições de vida dos trabalhadores na cidade.

A realidade social e econômica da cidade sofreria, a partir da década de 50, agudas transformações. A perspectiva da perda da condição da cidade como importante centro comercial, levou ao desenvolvimento da atividade industrial na cidade (RODRIGUES, 1989).

2.2. As atuais relações de trabalho na cidade sob a perspectiva dos sindicatos locais

A industrialização uberlandense deu sua arrancada efetiva na década de 60, de tal modo que, em 1989, a indústria respondia por cerca de 65% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. Contudo, nos dez anos seguintes deu-se uma progressiva queda da participação do setor industrial, ao mesmo tempo que expandia-se o setor de serviços: em 1999, o setor secundário representava apenas 34% do PIB, contra o setor terciário, responsável por 52%.

Dos seis sindicatos analisados, cinco apresentavam maior quantidade de filiados (em relação ao total de trabalhadores da categoria) até três anos atrás. A diminuição observada dos índices de sindicalização reforça um percentual baixo de trabalhadores atualmente filiados aos sindicatos analisados (tabela 2).

Tabela 2 - Panorama dos sindicatos (número de filiados e de não filiados)

Sindicatos	N.º sindicalizados	N.º não-sindicalizados	% sindicalizados
Sind. Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário (Força Sindical)	3.000	7.000	30 %
Sind. dos Trabalhadores em Indústrias de Calçados (Força Sindical)	377	3.200	10,5 %
Sind. Trabalhadores Rodoviários de Uberlândia (CGT)	2.200	7.800	22 %
Sind. Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana (CGT)	600	1.000	37,5 %
Sind. Trabalhadores das Indústrias de Alimentos e Afins de Uberlândia (CUT)	1.000	7.000	12,5 %
Sind. Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (CUT)	300	1.400	17,6 %

Fonte: Pesquisa de campo.

Elaboração: própria

Aparentemente, o conjunto das condições materiais dos sindicatos uberlandenses observados confirma a tendência verificada não só no Brasil como também em outros países capitalistas industrializados, tanto de queda nos índices de sindicalização quanto da existência de pequenas taxas de sindicalizados.

2.3 A reestruturação produtiva e as mudanças na produção e nas relações de

trabalho

Há autores (PIORE e SABEL *apud* ANTUNES, 2000) para os quais a reestruturação produtiva traduz-se pelo advento de uma nova forma de organização industrial que possibilitaria a existência de um trabalhador mais *qualificado* e *multifuncional*, que se move em um meio produtivo baseado na *automação* e na *informática*, meio este já submetido a alterações nos *métodos de trabalho*. O quadro 1 registra as opiniões emitidas pelos sindicatos quando questionados sobre a ocorrência de tais fatores na esfera da produção.

Quadro 1 - Das manifestações oriundas da reestruturação produtiva que foram verificadas nas diversas categorias representadas pelos sindicatos em questão

Sindicato	Automação/ Informática	Organização do espaço/ métodos de trabalho	Multiespecialização
Sind. Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário (Força Sindical)	PARCIALMENTE	PARCIALMENTE	SIM
Sind. Dos Trabalhadores em Indústrias de Calçados (Força Sindical)	SIM	NÃO	NÃO
Sind. Trabalhadores Rodoviários de Uberlândia (CGT)	SIM	NÃO	SIM
Sind. Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana (CGT)	SIM	NÃO	SIM
Sind. Trabalhadores das Indústrias de Alimentos e Afins de Uberlândia (STIAU-CUT)	SIM	SIM	SIM
Sind. Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (CUT)	SIM	SIM	SIM

Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: própria

Pelo quadro é possível a constatação de que a tecnologia, seja na forma da automação, seja na forma da informatização, penetrou em todas as categorias representadas pelos sindicatos, acarretando, em todas elas, invariavelmente a eliminação de postos de trabalho.

No que diz respeito à reorganização do espaço produtivo e dos métodos de trabalho, esta observou-se mesmo nos setores de produção de alimentos e de serviços de telefonia, capitaneada pelo processo de terceirização da força de trabalho. Nos setores produtivos representados pelos sindicatos cegetistas e os da Força Sindical a reformulação do espaço produtivo e dos métodos de trabalho ocorreu em menor grau.

Nos setores representados pelos sindicatos da CUT e CGT, observou-se que a multiespecialização do trabalhador é uma exigência por parte dos empregadores. Nos

sindicatos cegetistas reclama-se do fato de que se exige do funcionário o cumprimento de um número maior de funções do que as que ele é pago para fazer.

A preocupação com qualificação é algo presente nas avaliações feitas com os seis sindicatos pesquisados, mesmo naqueles setores em que não se constatou modificações profundas na realidade do trabalho (como construção civil ou transportes). Aqui, os sindicatos da CUT diferenciam-se dos demais, tanto no modo crítico como percebem a qualificação quanto na maneira como pensam deveria ser abordada esta questão. Destacam que a qualificação deve ser entendida não apenas em função do mercado de trabalho, mas como parte de um amplo processo educacional capaz de desenvolver todas as aptidões humanas.

2.4 Respostas dos sindicatos à reestruturação dos setores produtivos por eles representados

Frente à ocorrência das mudanças operadas na organização produtiva, bem como aos efeitos exercidos por estas mudanças nas formas de representação das classes trabalhadoras, os sindicatos pesquisados assumem alguns posicionamentos que acreditam ser mais adequados da conjuntura que se apresenta.

O quadro 2 mostra algumas respostas oferecidas pelo movimento sindical uberlandense às alterações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho. Nota-se que, ainda que tratada de diferentes maneiras ou abordada seja por um viés crítico, resignado ou estimulante/positivo, a qualificação parece configurar-se como preocupação central nos espaços representativos das classes trabalhadoras.

A concepção da qualificação como algo que se traduz em um fator estimulante e positivo aparece em sindicatos da Força Sindical e CGT, para quem se deve transformar o espaço sindical em escola de qualificação, ou pelo menos em extensão desta. Os sindicatos cutistas aproximam-se das opiniões vistas nas outras centrais quando entendem ser fundamental a necessidade de se qualificar a força de trabalho. Todavia, diferenciando-se das concepções adotadas pelas outras centrais, os sindicatos cutistas não traçam nenhuma relação diretamente proporcional entre qualificação e desemprego, no que lembram a responsabilidade do Estado em fomentar a atividade econômica e que garanta a expansão de postos de trabalho.

Quadro 2 - Respostas do sindicato às mudanças na organização produtiva

Sindicato	Respostas à ocorrência das mudanças na organização produtiva
-----------	--

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário – Sinticom-Tap (Força Sindical)	<ul style="list-style-type: none"> • sindicato deve se transformar em escola de qualificação • sindicato deve parar de apenas exigir direitos e mercado de trabalho, e pensar em formas de preparar o trabalhador para ele, tornando-o mais competitivo
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados (Força Sindical)	<ul style="list-style-type: none"> • uma vez que a realidade da categoria não experimentou mudanças estruturais, o sindicato deve dar continuidade aos movimentos anteriormente exercidos: negociar, ser intermediário entre patrão e empregado
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia – STTRU (CGT)	<ul style="list-style-type: none"> • sindicato deve lutar para retardar o processo de multiespecialização e entrada de tecnologia, pelo menos até conseguir remanejar o trabalhador • sindicato deve ser espaço de qualificação, já que a empresa não toma iniciativas neste sentido
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana (CGT)	<ul style="list-style-type: none"> • sindicato deve se organizar de modo a reivindicar do Estado e da empresa sua responsabilidade pela qualificação da mão-de-obra
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos e Afins de Uberlândia – STIAU (CUT)	<ul style="list-style-type: none"> • na defensiva, sindicato deve buscar, na medida do possível pela conjuntura, reivindicar do Estado a criação de condições para geração de empregos e de qualificação da força de trabalho • contrário à transformação do sindicato em escola de qualificação
Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais – Sinttel/MG (CUT)	<ul style="list-style-type: none"> • antes de ser reivindicativo, sindicato deve ser propositivo • empresas devem arcar com os custos de qualificação • localmente, deve-se lutar para que o trabalhador participe mais do processo decisório da empresa • globalmente, deve-se lutar pela instituição do contrato coletivo articulado nacionalmente

Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: própria

2.5 O impacto da reestruturação produtiva na subjetividade do meio sindical uberlandense

Buscou-se investigar o modo como os sindicatos estão reagindo às mudanças operadas na realidade do mundo do trabalho. Para tanto, temas como relacionamento com o patronato, greve, legislação trabalhista, fóruns de negociação locais, análises de conjuntura e métodos de ação foram apresentados para serem discutidos pelos representantes sindicais.

Relacionamento com patronato e greve

Em relação ao contato com o patronato, a existência de algumas diferenças pontuais não impede que o conjunto do movimento sindical estudado sinalize para uma abertura cada vez maior ao diálogo com o empregador. Aqui, a pronta disposição de sindicatos da CGT e FS em estreitar relações com o patronato se aproxima do “propositivismo” cutista, o qual pode ser entendido como uma primazia pelo diálogo.

Os sindicatos das três centrais também se aproximam, ainda que por caminhos distintos, da opinião que considera o recurso à greve, nos dias de hoje, como sendo um artifício permeado por complicações diversas. Os sindicatos da Força Sindical se

declaram contrários à prática da greve, alegando desde o temor do trabalhador em fazer greve em tempos de desemprego, até opiniões segundo as quais a greve, por prejudicar a empresa, prejudica em última análise o trabalhador. O representante do sindicato cegetista dos ferroviários vê na greve um recurso importante, mas também reconhece que hoje ela possui uma força muito reduzida. Semelhante opinião possuem os sindicalistas cutistas entrevistados.

Legislação trabalhista e fóruns de negociação locais

O quadro 4 traz os posicionamentos assumidos pelos sindicatos frente à legislação trabalhista. Nota-se que a legislação trabalhista sofre críticas de quase todos os sindicatos: entrave ao desenvolvimento econômico por tolher a atividade empresarial (sindicatos da F.S. e CGT), remanescente do trabalhismo fascista (sindicatos da CUT).

Quadro 3 - Postura do sindicato frente a legislação trabalhista

Sindicato	Opinião acerca da legislação trabalhista brasileira
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário – Sinticom-Tap (Força Sindical)	<ul style="list-style-type: none"> • possui pontos positivos e negativos • ponto positivo: busca oferecer proteção ao trabalhador • pontos negativos: favorece o recurso dos maus trabalhadores aos benefícios, o que equívale a dizer que penaliza os bons trabalhadores; inibe a contratação pelo empregador
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados (Força Sindical)	<ul style="list-style-type: none"> • possui pontos positivos e negativos • ponto positivo: protege minimamente o trabalhador • ponto negativo: dificulta a contratação pelo médio e pequeno empresário, sendo ruim para o trabalhador que busca emprego
Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia – STTRU (CGT)	<ul style="list-style-type: none"> • conquista em seu tempo, hoje é em grande parte contrária aos interesses do trabalhador • beneficia em demasia ora o empregador, ora o empregado. Neste último caso, acaba prejudicando a empresa, o que, em última análise, resulta em prejuízo para o empregado
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana (CGT)	<ul style="list-style-type: none"> • é ainda falha, pois protege pouco o trabalhador, e ainda se vê corroída pela retirada de direitos feita pelos sucessivos governos
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos e Afins de Uberlândia – STIAU (CUT)	<ul style="list-style-type: none"> • apesar de ultrapassada em vários de seus pontos, é absolutamente necessária sua permanência, ou pelo menos a permanência de alguma legislação trabalhista
Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais – Sinttel/MG (CUT)	<ul style="list-style-type: none"> • herança do trabalhismo fascista, se beneficia pontualmente, prejudica no conjunto a classe trabalhadora • em vista do que vem sendo feito hoje pelos empregadores, acaba-se por recorrer a ela como forma de defesa • contra a desregulamentação deliberada proposta pelo patronato e contra a sua permanência pura e simples, propõe-se o contrato coletivo articulado nacionalmente

Fonte: Pesquisa de campo

Elaboração: própria

Conjuntura e propostas de ação

De um modo geral, a leitura que os sindicatos fazem do próprio passado do movimento sindical é a de reconhecer a importância que tiveram as mobilizações e as lutas históricas das classes trabalhadoras, no sentido de produzirem muitos dos direitos e benefícios hoje existentes.

Além das conquistas obtidas pela luta histórica do proletariado, o sindicalista cutista dos trabalhadores em telecomunicações tece a seguinte linha de análise sobre o passado das lutas operárias: “toda a história de lutas do operariado no capitalismo serviu para nos mostrar a falência de dois modelos de organização social. O capitalismo liberal, em que o mercado subordina às suas diretrizes tanto a sociedade civil quanto o Estado, e o socialismo real, em que é o Estado quem submete a sociedade civil e o mercado. A falência destes dois caminhos aponta para um modelo de organização social no qual as estruturas do mercado e do Estado não mais determinem o curso dos acontecimentos, e sim que sejam elas próprias determinadas pelos interesses da sociedade civil, ou seja, de toda a coletividade”. A proposta do sindicalista do Sinttel/MG encontra ressonância em seu par cutista, que detalha: “Quando se pensa no bem comum, o empresário não é prejudicado”. Trata-se, na verdade, de uma luta pela melhoria das condições de vida sem questionar os fundamentos da atual ordem social e econômica, e que na visão da CUT corresponde ao acabamento da idéia do “sindicato cidadão”. O “sindicato cidadão” se encaixa no projeto cutista que tem como meta a melhoria das condições econômicas dos trabalhadores – através do diálogo com governo e patronato em torno de propostas que admitam sua redução a um denominador comum para empregados e empregadores – e o aprimoramento das instituições vigentes.

À direita dos elementos socialdemocratas que aparecem no fundamento das argumentações cutistas, a Força Sindical se mostra mais explicitamente envolvida com a aposta na permanência e fortalecimento das categorias típicas da ordem social capitalista, como a inevitabilidade da propriedade privada dos meios de produção, do movimento livre do capital, do mercado e seus elementos derivados, concorrência, modernização, lógica empresarial. Para o Sinticom-Tap, fica mais claro o caráter de comprometimento político e ideológico assumido, em estreita sintonia com o ideário seguido pela Central à qual se vincula. É o que se constata nas declarações de seu representante: “Há a necessidade de se reformular, de se qualificar, de se modernizar as instituições e o papel de vários elementos presentes na vida social, no sentido de acabar definitivamente com o caráter selvagem do capitalismo”.

Finalmente, a CGT oscila entre o que parece ser um saudosismo de épocas passadas do movimento sindical, levando a uma compreensão resignada da realidade atual, e a adesão de fundo ao posicionamento representado pela Força Sindical. A primeira postura aparece no sindicato dos ferroviários, cujo sindicalista rememora algo que chama de um “maior respeito do Poder Público pelo trabalhador, interessando-se no bem-estar deste”. E a segunda postura revela-se no sindicato dos trabalhadores em transporte rodoviário, o STTRU. Seu representante considera que, se no passado a maior força numérica dos sindicatos favorecia uma estratégia de embate, de ação conflituosa, a realidade hoje, com sindicatos esvaziados, exige uma postura “mais madura”, que supere a “perda quantitativa” por uma melhora “qualitativa” em suas ações. A moderação deve dar a tônica, como revela: “O sindicato hoje, mais lúcido, não age mais como o ‘incendiário’ de antigamente, estando mais para o seu contrário, a figura do ‘bombeiro’, de um agente preventivo de conflitos”.

2.6 A relação entre o meio sindical uberlandense e as transformações do sindicalismo em geral

A análise proporcionada pelo contato feito com o movimento sindical sediado na cidade de Uberlândia permitiu a elaboração de proposições que, espera-se, se aproximem de uma correta apreensão da dinâmica da realidade social observada. Enfocando alguns sindicatos separadamente, emergem algumas constatações:

A CGT, enquanto central que defende uma modalidade sindical mais afeita ao antigo sindicalismo oficial de viés varguista, está representada de forma mais contundente pelo sindicato dos ferroviários. É o que sugere a postura saudosista, neste sindicato, em relação a um passado que exalta uma maior valorização do operariado sem, contudo, se esquecer de vincular tal valorização à existência de um Poder Público atuante na realidade trabalhista e tido como “protetor” do operário. Já o outro sindicato cegetista, dos rodoviários, possui nítidas pretensões por se “modernizar” seguindo o ideário sindical de cunho liberal-conservador.

A Força Sindical, que traz a proposta por um sindicalismo em fina sintonia com a atual face da reprodução capitalista, em Uberlândia é fielmente seguida, programática e politicamente, pelo Sinticom-Tap, dos trabalhadores na indústria da construção civil. Já o outro sindicato filiado à FS, dos empregados da indústria calçadista, aparentemente não possui um claro e consciente comprometimento

político ou ideológico com o ideário adotado por sua central, permanecendo alinhada com a FS por considerar, talvez, que esta ofereça um posicionamento mais adequado às razões fundamentalmente práticas, imediatistas ou contingentes que orientam a atuação deste sindicato. O exemplo do pequeno sindicato dos trabalhadores calçadistas remete à passagem de BOITO JR. (1999: 182-183) acerca dos “sindicatos de carimbo”, aqueles que compõem a maior parte da base da FS: “sindicatos pequenos, com *menos de 500 associados*, (...) na maioria dos casos dispersos pelas *pequenas e médias cidades do interior*”, sendo pautados pelo “conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical.

A contingência, o imediatismo e razões práticas também parecem influenciar efetivamente a postura dos sindicatos cutistas analisados, ainda que estes procurem conjugar isso com o ideário que historicamente cultivam, histórico este no qual se enquadra inclusive a idéia do sindicalismo propositivo, que já tem 10 anos. Ao pragmatismo cutista se alia um núcleo teórico socialdemocrata bastante presente nas posturas assumidas por seus representantes.

O conjunto do sindicalismo uberlandense aparentemente segue os passos do movimento sindical em âmbito nacional, quais sejam: i) em seu espectro político à direita, ocorre uma intensificação do sindicalismo participacionista, como agente em sintonia com e a serviço da nova fase da reprodução capitalista; ii) em seu espectro político à esquerda, assiste ao crescimento do “propositivismo” implementado pela CUT desde o início dos anos 90, cujos fundamentos residem no ideário socialdemocrata; iii) a respeito do sindicalismo tradicionalmente atrelado ao Estado, representado pela CGT, por pertencer a um tempo em que imperava outra relação entre capital e trabalho - o Estado desenvolvimentista e o trabalhismo varguista -, descaracteriza-se e oscila entre o liberalismo sindical da FS e a socialdemocracia sindical da CUT.

Por fim, se o sindicalismo local acompanha a trajetória do sindicalismo nacional, dada por uma guinada à direita em todo o seu espectro político-ideológico, tal movimento parece ser reforçado pelo histórico do movimento sindical uberlandense, que, conforme foi visto, sempre se pautou, em termos gerais, pela aceitação e reprodução da ordem, pelo apego ao institucionalismo e pela moderação nas reivindicações e nos métodos de ação.

Conclusão

O sistema sócio-econômico capitalista jamais pode deixar de possuir, como preocupação primeira, um ímpeto perpétuo em assentar sua estrutura vital sob bases seguras. Este é o ponto de partida que permitirá uma maior compreensão acerca dos grandes movimentos realizados pela estrutura orgânica do capital, condicionados por seu próprio desenvolvimento histórico.

A reestruturação produtiva é um destes grandes movimentos. Surgida no momento em que os filhos do capital, o proletariado e o trabalho assalariado, questionavam sua supremacia e ameaçavam o seu reinado, a reestruturação aparece como a ponta de lança de uma estrutura sócio-econômica envolvida na luta por sua autoperpetuação e pelo resgate pleno de sua hegemonia. E foi na intensificação desse combate – que uma pena afeita à sensibilidade poética poderia comparar à saga contada pela mitologia grega em que o pai, o deus titã Cronos, recorreu ao dramático estratagema de engolir os próprios filhos como forma de escapar à sua deposição por eles e manter, assim, sua condição hegemônica – que o capital se viu mergulhado nos últimos 30 anos.

As observações feitas sobre o complexo de modificações experimentadas pelo conjunto do sindicalismo mundial nos últimos 30 anos, comparadas com a realidade sindical vigente no período fordista, demonstram que a mutação experimentada pelo sindicato se dá na medida em que este, enquanto elemento constitutivo da lógica reprodutiva capitalista, altera sua constituição de acordo com as exigências do capital, assumam estas a forma que necessitarem. É evidente que o movimento do capital não se impõe pura e simplesmente sobre as instituições, como se estas fossem absolutamente inertes ou impotentes frente a tal movimento. O sindicalismo socialdemocrata resiste à ofensiva de um capital que, ávido por reestruturar a si próprio, exerce uma contínua pressão no sentido de remover quaisquer remanescentes de sua fase histórica anterior.

O sindicalismo nacional não parece destoar fundamentalmente do que ocorre com o movimento sindical existente no conjunto de países capitalistas industrializados. O novo sindicalismo brasileiro, surgido à luz do movimento de redemocratização do país, constituiu-se em um representante genuíno dos anseios e aspirações dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, a herança representada pelo estatismo que compõe a chamada estrutura sindical, não foi eliminada, nem combatida seriamente, pelo novo sindicalismo. A vigência da estrutura sindical pode ter sido um obstáculo ao desenvolvimento do

sindicalismo nacional nos anos 80, período no qual o Brasil ainda não havia sido tocado pelos ventos da reestruturação produtiva. Com o advento da reestruturação, que por aqui conjugou-se com o caráter periférico e subordinado do capitalismo nacional, o sindicalismo brasileiro entrou em um processo severo de refluxo.

Nota-se um *deslocamento à direita* do conjunto do movimento sindical em todo o seu espectro político-ideológico. É o que demonstram: a) o progressivo abandono, pela CUT, das bandeiras e proposições de cunho socialista ou anticapitalista em troca da adoção de postulados socialdemocratas; b) a alternância, pela CGT, entre imobilismo e aprofundamento do cultivo de práticas baseadas no ideário liberal-conservador; e c) o objetivo da FS em fazer com que a classe trabalhadora brasileira naturalize as relações sociais capitalistas e assimile o novo paradigma da produção flexível.

Observado de perto, o sindicalismo uberlandense confirma, em linhas gerais, o que acontece ao sindicalismo em âmbito nacional. A isso, somam-se o fato de as instâncias representativas dos trabalhadores da cidade quase nunca terem cruzado os limites da moderação e do comedimento.

A existência de um número elevado de proposições em aberto demonstra o quão iniciais são os estudos e as observações feitas. As análises realizadas apontam a necessidade de serem produzidos novos e mais detalhados estudos acerca da temática das relações de trabalho e de suas formas de representação, abarcadas pelo fenômeno da reestruturação produtiva e da acumulação flexível.

Bibliografia

- ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital: a Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Praxis, 1999.
- _____. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. O Novo Sindicalismo no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1995b.
- _____. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BALTAR, P. E. A. “Crise econômica e mercado de trabalho no Brasil”. In OLIVEIRA, M. A. (org.), Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas,

- SP: UNICAMP.IE, 1998.
- BERNARDO, J. “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?”. Crítica Marxista, vol. 1, 1997.
- BIHR, A. Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BOITO JR., A. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARCANHOLO, R., NAKATANI, P. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. Anais do Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: EdUFF, 1998.
- DEDECCA, C. S. “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado”. In OLIVEIRA, C. E. B., MATTOSO, J. E. L. (orgs.) Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.
- DRUCK, M. G. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRACIOLLI, E. J. “A Força Sindical e o Neoliberalismo”. Boletim do Lapes, n.º 3, 1997.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1996.
- MATTOSO, J. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- MÉSZÁROS, I. "Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias", Revista Ensaio, n.º 14, 1985.
- OLIVEIRA, C. A. B. “Formação do mercado de trabalho no Brasil”. In OLIVEIRA, M. A. (org.), Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.
- OLIVEIRA, J. S. O traço da desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- OLIVEIRA, M. A. “Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho”. In OLIVEIRA, M. A. (org.), Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.
- RODRIGUES, J. F. S. Trabalho, ordem e Progresso: uma discussão sobre a

trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924-1964. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989.

SANDRONI, P. Dicionário de economia e administração. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

SOARES, J. L. Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria. Brasília: Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N. Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.